



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ELVIS MAYCON FERNANDES
SIMONE AGUIAR FERNANDES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL

ARIQUEMES/RO

2024

ELVIS MAYCON FERNANDES
SIMONE AGUIAR FERNANDES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador (a): Prof^ª. Esp. Vana Izabel de Araújo Chalender.

ARIQUEMES/RO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Fernandes, Elvis Maycon.
Educação financeira como forma de inclusão social / Elvis Maycon
Fernandes, Simone Aguiar Fernandes, Ariquemes-RO, 2024.
17 f.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Vana Izabel de Araújo Chelender..

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Ariquemes-RO, 2024.

1. Educação Financeira. 2. Qualidade de Vida. 3. Inclusão Social.
4. Gestão Pública. 5. Equidade Econômica. I. Fernandes, Simone
Aguiar. II. Chelender., Vana Izabel de Araújo (orient.). III. Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV.
Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL

Simone Aguiar Fernandes e Elvis Maycon Fernandes¹

Orientador: Prof^a. Esp. Vana. I. A. Chelender²

RESUMO:

O estudo apresenta como tema a “educação financeira como forma de inclusão social. O mesmo busca abordar benefícios gerados pela educação financeira na vida dos cidadãos e alguns fatores que podem influenciar na qualidade de vida e cotidiano. O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância da educação financeira na inclusão social por meio de políticas públicas. Possui relevância social oportunizando reflexão, ação para uma vida mais tranquila e livre de determinados problemas relacionados à ausência desse conhecimento. Considerando os benefícios da mesma na gestão de finanças pessoais na vida dos cidadãos. Porém, não somente à vida dos cidadãos, como também para economia. A situação econômica de uma população reflete diretamente na economia, influenciando de forma direta e indireta. No centro desta questão reflete o consumo e inadimplência no aquecimento ou estagnação da economia. A educação financeira proporciona uma vida mais tranquila e livre de determinados aborrecimentos na vida do cidadão, em especial, minimiza problemas psicológicos relacionados ao endividamento e a uma vida financeiramente desequilibrada. Nesse caso, foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica, sendo utilizado publicações em *sites*, *artigos* e livros, fundamentados em autores como: Domingos (2012), Cerbasi (2007) e Artifon e Piva (2013). As principais conclusões, é que a educação financeira tem um papel fundamental na vida do cidadão e influência diretamente na qualidade de vida e inclusão do indivíduo na sociedade.

Palavras-Chave: Educação Financeira, Qualidade de vida, Inclusão Social, Gestão Pública, Políticas Públicas, Equidade Econômica.

ABSTRACT

The theme of this study is “financial education as a form of social inclusion”. It seeks to address the benefits generated by financial education in the lives of citizens and some factors that can influence the quality of life and daily life. The aim of this research is to highlight the importance of financial education in social inclusion through public policies. It is socially relevant, providing an opportunity for reflection and action towards a more peaceful life, free from certain problems related to the lack of this knowledge. Considering its benefits in the management of personal finances in the lives of citizens. However, not only to the lives of citizens, but also to the economy. The economic situation of a population has a direct impact on the economy, both directly and indirectly. At the heart of this issue is consumption and default, which can lead to economic growth or stagnation. Financial education provides citizens with a more peaceful life, free from certain hassles. In particular, it minimizes psychological problems related to indebtedness and a financially unbalanced life. In this case, the methodology used was bibliographical research, using publications on *websites*, *articles* and books, based on authors such as Domingos (2012), Cerbasi (2007) and Artifon and Piva (2013). The main conclusions are that financial education plays a fundamental role in citizens' lives and has a direct influence on their quality of life and inclusiveness.

Keywords: Financial Education, Quality of Life, Social Inclusion, Public Management, Public Policies, Economic Equity.

¹Graduandos do curso de Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO E-mail: elvis.simone1001@gmail.com

²Orientador: Prof^a. Esp. Vana Izabel de Araújo Chelender.

INTRODUÇÃO

A inclusão social é um dos maiores desafios enfrentados por sociedades contemporâneas, especialmente em contextos de desigualdade econômica e social. A educação financeira, definida como o conhecimento e a habilidade para tomar decisões financeiras, surge como uma ferramenta importante no enfrentamento dessas desigualdades. Este artigo investiga como a educação financeira pode ser utilizada para promover a inclusão social, destacando a importância de políticas públicas eficazes na gestão dessa estratégia. (FIBRA, Previdência complementar. <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08.out.2024.

O tema educação financeira e inclusão social tornou-se tópico de crescente interesse dos gestores públicos, das organizações financeiras e de diversas instituições que influenciam direta e indiretamente na vida financeira do cidadão brasileiro.

Decisões equivocadas e o endividamento desencadeiam problemas como perda de renda, patrimônio e endividamento, além de desenvolver problemas de relacionamento, ansiedade, estresse, discussões familiares, divórcios, suicídio, entre outros fatores psicológicos. Enfim, o estado de saúde financeira influencia em suas diversas relações” (Souza; Tarralvo, 2008, *apud*, Oliveira, 2015, p. 38).

Segundo dados do SERASA, em agosto de 2024 o indicador de inadimplência no Brasil “registrou 72,46 milhões de brasileiros em situação de inadimplência”. Esses dados evidenciam que 36% da população está com acesso restrito ao consumo, não conseguem pagar suas contas e excluído da sociedade em diversos aspectos (SERASA, 2024. Mapa da Inadimplência e negociação de Dívidas no Brasil. Disponível em <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil>. Acesso em: 09.out.2024.

Diante do exposto, busca-se identificar se as políticas públicas inserem a educação financeira de modo que se obtenha resultados suficientes para inclusão social do cidadão brasileiro?

Nesse sentido, este artigo evidenciará uma visão abrangente sobre a importância da educação financeira como ferramenta de inclusão social e como a gestão pública pode contribuir na promoção dessa ferramenta.

A fim de que se identifique e busque respostas ao questionamento, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, dentre eles, principais características da

educação financeira; vantagens; educação financeira no Brasil e identificação da relação entre as políticas de gestão pública de educação financeira e inclusão social.

A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica e análise de artigos e pesquisas com intuito de demonstrar a importância da educação financeira na redução das desigualdades e na promoção da cidadania econômica.

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira vai além de controlar as finanças, planejar e orçar, implica no estabelecimento de objetivos, sonhos, controle de gastos, equilíbrio no consumo, cuidados com o meio ambiente, investimentos, rendas extras e reservas financeiras, isso, com intuito de aprimorar e desenvolver habilidades que norteiem as decisões, de modo que sejam adequadas, eficientes e que proporcionem melhor qualidade de vida e saúde financeira.

De acordo com Domingos (s.d.):

A Educação Financeira é uma ciência que busca a autonomia financeira, fundamentada por uma metodologia baseada no comportamento, objetivando a construção de um modelo mental que promova a sustentabilidade, crie hábitos saudáveis e proporcione o equilíbrio entre o ser, o fazer e o ter, com escolhas conscientes para a realização de sonhos (Domingos, s.d., p.1).

Segundo o Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, a educação financeira é um instrumento que promove desenvolvimento econômico, pois a qualidade nas decisões financeiras influencia toda a economia “por estar intimamente ligada a problemas como níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países” (BCB, 2013, p.08).

A educação financeira abrange diversos aspectos e influência em quase todas as áreas da vida do cidadão, seja de forma direta ou indireta. Além disso, instiga o indivíduo a estabelecer metas e objetivos em prol de si e de sua família. Oliveira (2015) considera que a educação financeira também pode ser:

O processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessária para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2014, *apud* Oliveira, 2015, p. 24).

Com informações adequadas e habilidades financeiras aprimoradas é possível identificar fatores determinantes na evolução de uma dívida, assim como fatores que as desencadeiam, possibilitando medidas preventivas e corretivas. Esse discernimento, atitudes equilibradas, consumo consciente e o hábito de poupar são essenciais, pois por meio delas obtém-se melhor qualidade de vida, no presente, livre dos problemas financeiros e no futuro, com uma vida mais tranquila financeiramente.

1.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Para Domingos (2012, p.122), “a educação financeira ainda é um tema pouco discutido nos lares brasileiros e uma espécie de tabu nas relações familiares”. Afirma ainda que “o modo como administraremos nossos recursos ao longo da vida é determinado pelos ensinamentos que recebemos”.

A educação financeira no Brasil continua muito distante do ideal. A ausência do conhecimento sobre o tema por parte da população se revela no crescente número de endividados e na ausência das reservas financeiras. Isso é algo que deve ser mudado quanto antes.

Para Savoia, Saito e Santana (2007, p. 18), eles argumentam o seguinte:

No Brasil, há uma situação preocupante no âmbito da educação financeira, demandando urgência na inserção do tema em todas as esferas, ainda mais considerando a desequilibrada distribuição de renda desse país, onde representativa parte dos recursos produtivos é direcionada ao Estado, tornando imprescindível a excelência na gestão de recursos escassos por parte dos indivíduos e de suas famílias. Além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado, o papel do setor público será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação duradoura da educação financeira, sendo a participação das escolas e das universidades de grande relevância para o seu êxito (Savoia; Saito e Santana, 2007, p. 18).

Ausência de recursos financeiros, de instruções e conhecimentos sobre finanças, de algum modo, comprometem o alcance da tão sonhada qualidade de vida para muitos brasileiros.

Segundo o Departamento de Educação Financeira do Banco Central, o estudo sobre o tema não está presente no cotidiano das pessoas. Não se discute nas escolas, empresas e no seio familiar, ao considerarem essa discussão invasão de privacidade. “Enfim, embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos” (BCB, 2013, p.12).

Os benefícios obtidos com a adoção de comportamentos saudáveis e mudança de hábitos financeiros são diversos, benefícios esses, que refletirão a longo prazo na vida do cidadão. Da mesma forma, atitudes equivocadas também podem se prolongar por algum tempo, até que haja mudança efetiva na relação com o dinheiro.

Para Cerbasi (2004), o conhecimento sobre planejamento financeiro é de extrema importância no processo de educação financeira. Salienta que “a construção de uma nação rica depende da capacidade de seus cidadãos enriquecer.” A falta de poupança ocasionar inúmeros problemas, “assim como a falta de crédito e os juros elevados. O Brasil é, predominantemente, um país de pobres” (CERBASÍ, 2004, p.51).

Percebe-se que a educação financeira continua longe de fazer parte e impregnar-se na cultura brasileira:

A falta de uma cultura ampla de planejamento privou os brasileiros de conhecerem a real importância da gestão financeira pessoal para sua própria qualidade de vida. A boa educação financeira, conseqüentemente, promove a gestão de recursos existentes e mantém o equilíbrio entre a razão e a emoção na hora de consumir, assumindo o poder de cada um em suas escolhas e na construção de novos conhecimentos, além de desenvolver a capacidade criativa para transformar recursos (Silva, 2004, *apud* Lima, 2016, p. 41).

Vale destacar que, o analfabetismo financeiro está presente nos lares brasileiros, mas que o problema do consumo exagerado e inconsciente e os “maus hábitos financeiros e do endividamento é global”(Domingos, 2012, p. 67). Nos últimos anos, os brasileiros obtiveram significativa melhora em sua condição financeira e teve “mais acesso ao dinheiro, porém não faz ideia de como cuidar dele” (Domingos, 2013, p.97).

É evidente que, no Brasil, as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro (Sant’Ana, 2011, p. 16). Por isso, organizações privadas, como a Bovespa, e algumas empresas e bancos desenvolvem práticas para minorar essa lacuna e orientar os clientes e usuários dos seus produtos. No entanto, tais ações são insuficientes para mudar a situação vigente da população.

Quanto à inclusão social, pode-se afirmar que é um dos principais desafios enfrentados por governantes dos mais diversos países. A restrição e dificuldade de acesso a informações e a ferramentas financeiras contribui para a perpetuação da desigualdade social.

1.2. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira abrange diversos aspectos e influência em quase todas as áreas da vida do cidadão, desenvolve habilidades e capacidade de gerir eficazmente suas finanças. “Ter educação econômico-financeira aumenta a chance de essas pessoas conseguirem gerir a sua renda em busca da qualidade de vida” (OCDE, 2015, *apud* Lima, 2016, p. 22). Para Zerrenner (2017, p. 25), “traz resultados positivos para a diminuição do endividamento”.

Segundo Artifon e Piva (2013), a educação financeira orienta as pessoas em suas decisões “e na administração dos seus rendimentos e, em consequência disto, diminui os riscos de endividamento além de contribuir numa melhor qualidade de vida não só para si, mas para a família” (Artifon; Piva, 2013, p. 27).

Ter uma população instruída financeiramente é essencial para o bem-estar socioeconômico do país, e obviamente, da população na totalidade. “O dinheiro, embora não possa comprar felicidade, é um meio importante para alcançar padrões de vida superiores” (Lima, 2016, p. 22).

A política Nacional de relações de consumo, em seu decreto n. 7.963, de 15-3-2013, institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo. Essa política, possui, entre outros, o princípio (Redação determinada pela Lei n. 9.008, de 21-3-1995), de fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores e a prevenção e tratamento do superendividamento para evitar a exclusão social do consumidor.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco na pesquisa bibliográfica, a fim de explorar e analisar produções acadêmicas sobre a temática da educação financeira como ferramenta de inclusão social. A escolha pela pesquisa bibliográfica se justifica por sua capacidade de proporcionar uma visão mais abrangente sobre o tema, além de possibilitar a revisão e análise de fontes relevantes, contribuindo para a construção de um referencial teórico sólido e fundamentado.

Conforme Minayo (2011, p. 16), “o termo pesquisa, em um sentido amplo e concreto, refere-se à atividade central da ciência na investigação e construção da realidade, vinculando pensamento e ação”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica permite uma abordagem crítica e reflexiva sobre o material disponível.

Optou-se pela abordagem qualitativa porque, segundo Vieira e Zouain (2005), essa metodologia tem um papel essencial ao dar voz aos atores sociais envolvidos, valorizando seus depoimentos e atribuindo significado ao que é transmitido em seus discursos. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das produções acadêmicas e do impacto da educação financeira na inclusão social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação financeira pode ser considerada uma ferramenta essencial na inclusão social, proporcionando aos indivíduos o conhecimento necessário para gerenciar suas finanças de maneira eficaz e participar plenamente da economia.

As políticas públicas possuem um papel importantíssimo na implementação e expansão de programas de educação financeira. Embora existam desafios a serem enfrentados, a integração da educação financeira nas políticas públicas pode contribuir de forma significativa para construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Em ambientes com características sociais carenciados, proporciona um impacto transformador, seja direta ou indiretamente.

A capacitação de crianças e jovens a utilizarem as finanças adequadamente, traz maior segurança e assertividade nas decisões financeiras, facilitando controle orçamentário, definição de objetivos e metas com base no orçamento, controle de gastos e no geral, mais sabedoria e independência ao assumirem o controle de suas próprias vidas financeiras, influenciando na vida financeiras de familiares, assim como das comunidades.

Instituições como o Banco Mundial e o grupo G-20, apresentou o acesso a “serviços financeiros como um importante meio para reduzir a pobreza, a desigualdade, promover a igualdade de oportunidades econômica e estimular o crescimento econômico nos países emergentes” (Matos *et al.*, 2023).

A fim de que haja resultados concretos, há a necessidade de implementação de projetos e políticas públicas imediatamente, de modo que os resultados surtam a médio prazo. Para tal, apoio ao acesso a ambientes e ferramentas financeiras devem ser incentivados por meio de investimentos de médio e longo prazo.

Diante da necessidade de implementação da educação financeira nas escolas, nas comunidades e em especial das comunidades mais carentes, se faz necessário a

atuação de iniciativas públicas, privadas e civil, por meio de políticas públicas específicas, visando crescimento sustentável e com equidade para toda sociedade, e consequentemente, para a economia local e indiretamente, a economia nacional.

Conforme recomendações da OCDE de 2005, a importância da educação financeira é reconhecida por diversos países, e a sua inserção é feita inclusive por meio de inclusão nos currículos escolares, adotando algumas diretrizes, conforme orientação da OCDE e sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE).

Outro ponto importante nessa expansão do conhecimento, foi o advento da evolução tecnológica. Ela tem possibilitado que se supere as barreiras financeiras e redução significativa da desigualdade. Esse fator, entre outros, também tem contribuído na expansão e utilização de meios digitais pela população brasileira. Assim:

A disponibilidade de serviços financeiros digitais pode eliminar várias barreiras à entrada, como altas tarifas, custos financeiros elevados, distâncias geográficas e outras barreiras logísticas. Além disso, pode ser mais acessível para populações marginalizadas, como pessoas que vivem em áreas remotas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, a promoção de serviços financeiros digitais indica ser um passo importante na luta contra a pobreza e busca pela equidade financeira (Matos *et al.*, 2023).

O crescente número de instituições financeiras e a implementação da forma de pagamento Pix, que com base nas facilidades, praticidade e agilidade na execução, pode ser considerado uma das formas de pagamento mais revolucionários que tivemos nos últimos anos no Brasil, incluindo a proliferação e maior acesso a smartphones, que também foi um fator que contribuiu no aumento dos acessos a instituições financeiras por meio digital. Vale destacar que:

A alfabetização financeira e a educação também desempenham um papel fundamental no caminho para a inclusão monetária. O conhecimento ajuda as pessoas a terem informações e acesso a ferramentas que as ajudem a tomarem decisões financeiras mais bem fundamentadas e a construírem resiliência econômica para o futuro. Trabalhar a partir dessa base também pode impulsionar o crescimento econômico. Se as pessoas na comunidade conseguirem prosperar, isso beneficiará a comunidade como um todo. Silva, Elias Rogério. Inclusão financeira pode transformar a sociedade. Tiinside, 2023. Disponível em: <https://tiinside.com.br/07/11/2023/inclusao-financeira-pode-transformar-a-sociedade/#:~:text=A%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20e%20a,resili%C3%A4ncia%20econ%C3%B4mica%20para%20o%20futuro>. Acesso em: 09.out.2024.

Esses aspectos também estão ligados e dizem respeito a aspectos econômicos e de cidadania. Os acessos a serviços financeiros mais básicos permitem agilidade e eficiência na gestão de recursos financeiros. Além disso, podemos afirmar que também promoverá a inclusão social e conseqüentemente o empoderamento econômico aos cidadãos.

Dados indicam que essa inclusão tecnológica da população brasileira possibilita a inclusão financeira e à adoção de tecnologias monetárias a cada dia mais atualizadas. Porém, há muito o que avançar ainda, e esse avanço deve ser consolidado, promovendo inclusão à população de faixa mais necessitada.

O caminho em direção à inclusão econômica exige um planejamento contínuo, foco e execução consistente do que foi traçado. Em breve, isso se tornará uma jornada contínua. Assim, a inovação e o progresso nos serviços se tornam a norma em muitas indústrias, mas o que é crucialmente importante é que indivíduos, empresas e a comunidade em geral se envolvam nessa mudança. SILVA, Elias Rogério. Inclusão financeira pode transformar a sociedade. *Tiinside*, 2023. Disponível em: <https://tiinside.com.br/07/11/2023/inclusao-financeira-pode-transformar-a-sociedade/#:~:text=A%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20e%20a,resili%C3%Aancia%20econ%C3%B4mica%20para%20o%20futuro.> Acesso e: 09. out.2024.

Além disso, a personalização dos serviços financeiros tem possibilitado mais consistência nessa evolução, tornando a inclusão financeira mais próximo que se tornar real, possibilitando maior eficácia e resultados mais precisos no acesso e redução e prevenção da exclusão financeira.

A educação financeira pode ser considerada instrumento importantíssimo na inclusão social e promoção da equidade econômica, ferramenta essa que quando relacionada a políticas públicas contribui na redução da desigualdade social. “Nesse cenário, a educação financeira desponta como uma ferramenta essencial para combater a desigualdade e promover uma sociedade mais equitativa “(FIBRA, Previdência complementar. Disponível em: <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08. out.2024.

A desigualdade social no Brasil é uma realidade que afeta milhões de pessoas, posicionando o país em sétimo lugar no índice global de desigualdade, o índice de Gini. Com uma concentração significativa de riqueza nas mãos de poucos, a disparidade econômica cria obstáculos para o acesso a oportunidades (FIBRA,

Previdência complementar. Disponível em:
<https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08. out. 2024.

Quanto à inclusão social, pode-se afirmar que é um dos principais desafios enfrentados por governantes dos mais diversos países. A restrição e dificuldade de acesso a informações e a ferramentas financeiras contribui para a perpetuação da desigualdade social.

Esse legado histórico reflete-se na falta de oportunidades e no acesso limitado a serviços básicos, gerando um ciclo de pobreza e exclusão. E para o rompimento dessa perspectiva, é fundamental capacitar as pessoas com conhecimentos e habilidades financeiras.” (FIBRA, Previdencia complementar. <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08.out.2024.

A inclusão social, segundo definição no projeto do Senado Federal, que instituiu o “Dia da Inclusão Social”, pode ser compreendida, no sentido prático, como a inclusão real das famílias e das comunidades, para melhoria das condições de vida dos excluídos, prevendo a redução das desigualdades sociais, permitindo a participação plena do indivíduo na sociedade.

A relação entre educação financeira e inclusão social, voltada à alfabetização financeira, possibilita que indivíduos superem barreiras econômicas e sociais, proporcionando autonomia e a segurança financeira. Esse conhecimento possibilita redução da exclusão social e promove uma sociedade mais equitativa. Com base no que diz Pazarbasioglu et al. (2020), essa inclusão é benéfica significativamente nos níveis macro e micro econômico. No macro, afeta diretamente a economia na totalidade, no micro, contribui para redução da pobreza.

No caso do Brasil, diversos órgãos têm criado programas de incentivo e implementação de políticas importantes na concretização de projetos voltados ao tema, como exemplo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e Banco Central. Essas possuem um papel relevante na promoção de iniciativas de educação financeira voltado para a população mais jovem e pessoas de baixa renda (CVM, 2020).

É importante destacar o trabalho realizado pelo Banco Central, que por meio de programas específicos, como o Programa de Educação Financeira (PEF), integrará a educação financeira aos currículos escolares.

Essas iniciativas geram uma base sólida de conhecimento financeiro,

permitindo que indivíduos “gerenciem suas finanças de maneira eficaz e, conseqüentemente, participar mais plenamente da economia” (Banco Central, 2021).

A alfabetização financeira capacita os indivíduos nas tomadas de decisões financeiras corretas e responsáveis. Essa habilidade melhora a gestão das finanças pessoais, como também pode promover comportamentos econômicos mais sustentáveis e redução da exclusão social.

Além disso:

Proporciona às pessoas a aptidão de tomar decisões conscientes e assertivas em relação às suas finanças. Por meio dela, é possível planejar o orçamento, controlar os gastos, poupar e investir de forma inteligente, proteger o patrimônio contra riscos e aproveitar as oportunidades do mercado financeiro. Além disso, a educação financeira instrui as pessoas a realizarem seus sonhos e projetos de vida, promovendo uma maior igualdade de oportunidades. (FIBRA, Previdência complementar. Disponível em: <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 00. out. 2024.

No Brasil, o projeto Educação Financeira na Escola tem contribuído na melhoria da educação financeira de jovens e suas famílias, minimizando desigualdades e promovendo maior inclusão econômica. A integração da educação financeira nas políticas públicas pode ter efeitos transformadores na sociedade.

Mesmo que avanços significativos foram identificados, ainda há desafios importantes na implementação da educação financeira. Dentre os desafios principais, podemos destacar ausência de recursos, dificuldade de mudança, resistência cultural e formação inadequada ou insuficiente de educadores, o que pode limitar a eficácia desses programas. Com isso, se faz necessário que as políticas públicas de educação financeira sejam adaptadas às necessidades de diferentes grupos sociais e sejam continuamente avaliadas.

As políticas de inclusão social devem ser implementadas concomitantemente a outras políticas, como exemplo as de assistência social, programas de emprego, estímulos ao empreendedorismo e a rendas extras. Sua relevância no contexto da gestão pública, é indiscutível, ao possibilitar inclusão social da população mais desassistida e mais vulnerável economicamente.

A integração de políticas de colaboração entre governo, instituições financeiras e organizações de sociedade civil potencializa os resultados e possibilita a superação dos desafios na expansão da educação financeira. “Para alcançar esse objetivo, é necessário um esforço conjunto da sociedade, governo e instituições, visando

promover a conscientização e a implementação de programas de educação financeira em todos os níveis (FIBRA, Previdência complementar. <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08.out.2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Almejar uma vida financeira de sucesso é importante e muitos a desejam, no entanto, não há dedicação e vigilância, mas atitudes equivocadas no trato com as finanças são constantes. O desinteresse em adquirir o conhecimento adequado a fim de usufruir do benefício do trabalho pode ser justificado pelo fato de julgar-se conhecedor do assunto, ou acreditar-se que a educação financeira seja complexa.

A ausência desse conhecimento associada à falta de planejamento adequado, em sua maioria, desencadeia problemas com o endividamento de uma significativa porcentagem das famílias brasileiras. Dados refletidos na última pesquisa do SERASA, mostram que 76 milhões de brasileiros estão inadimplentes, ou seja, não conseguem efetuar o pagamento de suas dívidas.

Essa lacuna pode ser cultural, pois a educação financeira não está enraizada no cotidiano das pessoas, que inconscientemente, eternizam maus hábitos financeiros para as próximas gerações, afetando significativamente o perfil financeiro da nação.

A educação financeira é uma ferramenta importante quando se refere à inclusão social, e conseqüentemente na redução das desigualdades econômicas. Ao capacitar os indivíduos a lidar com suas finanças, os programas de educação financeira contribuem para a autonomia econômica e a participação plena na sociedade. A gestão pública desempenha um papel extremamente importante na implementação e expansão desses programas.

Assim, diversas instituições financeiras, órgãos governamentais e entidades privadas, tem possibilitando que esse conhecimento se expanda aos mais diversos públicos, embora ainda não tenha alcançado a toda população, dado o número de endividados.

Logo, a educação financeira tem um papel fundamental na promoção da qualidade de vida, pois, além de proporcionar realização de sonhos, sua abrangência é indiscutível. Minimiza problemas financeiros, estresse, ansiedade, insônia, depressão, problemas de relacionamentos, discussões familiares, divórcios, enfim, está

diretamente ligada às áreas essenciais da vida do cidadão.

A análise dos estudos e das políticas públicas existentes demonstram que, mesmo diante de tantos desafios, a educação financeira contribui significativamente para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Um dos principais impactos sociais da educação financeira é a promoção da inclusão social e possibilidade de autonomia dos indivíduos nas tomadas de decisões, planejamento e consumo inteligente, de modo que possibilite a reflexão a respeito do uso adequado do dinheiro, com objetivo de planejar seu bem-estar, investimentos e em sua aposentadoria.

Desse modo, o cidadão estará inserido na sociedade de forma que participe diretamente do cenário econômico, capacitado a tomar decisões com base nos conhecimentos financeiros adquiridos e desenvolvidos pela educação financeira.

Por fim, para que haja o cumprimento do papel da educação financeira, de transformar vidas, se faz necessário intervenção e promoção de políticas públicas, a fim de que haja prioridade na inclusão da educação financeira de modo que alcance todos os públicos, possibilitando assim, equidade social, e como consequência disso, avanço em direção a justiça social, com disponibilização de oportunidades a todos os indivíduos, com alcance de uma vida digna e próspera nas mais diversas áreas da vida.

REFERÊNCIAS

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Endividamento nos dias atuais: Fatores psicológicos implicados neste processo. *Psicologia.pt - O Portal dos Psicólogos* 2013. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0771. Acesso em: 12.out.2024.

BRASIL. Banco Central. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.963, de 15 de março de 2013. institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.

BONIM, Maristela. Projeto de vida: Educação financeira como proposta à inclusão social. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n. 3, p. 30211 - 30226, Fev./Mar.2021. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/admin,+647.pdf>. DOI <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26996> Acesso em. 18. out.2024.

CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos**. 20. Ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como comprar com consciência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como controlar o seu orçamento**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como empreender com equilíbrio**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como identificar seu “eu” financeiro**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOMINGOS, Reinaldo. **Como quitar suas dívidas**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOMINGOS, Reinaldo.. **Como reduzir o impulso de comprar**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: realize seus sonhos com a Educação Financeira**. São Paulo: Editora DSOP, 2012.

FIBRA – PREVIDENCIA COMPLEMENTAR. O impacto da educação financeira na redução da desigualdade social. <https://pedemeia.fundacaoitaipu.com.br/artigo/o-impacto-da-educacao-financeira-na-reducao-da-desigualdade-social>. Acesso em: 08. out.2024.

GOLEMAN, Daniel; **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIMA, Marcelo Prudêncio. **Literacia Financeira e endividamento pessoal**: Um estudo com alunos de cursos da área de negócios. Orientador: Ana Maria RouxValentini Coelho Cesar. 2016. 139. Dissertação – Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016. Disponível em: [.http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3173](http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3173). Acesso em: 12. out.2024.

MATOS, Paulo Domingos da Silva *et al.* Inclusão financeira: um caminho para redução da pobreza? **XXV ENGEMA**. 2023. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/25/anais/arquivos/251.pdf?v=1729606235>. Acesso em: 10.out.2024.

MELLO, Cátedra Sérgio Vieira de. **Educação financeira com inclusão social e econômica**. Orientador: Marco Aurélio Kistemann Junior. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/csvm/educacao-financeira/>. Acesso em: 10.out.2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Ed 21º, Petrópolis, 2011.

OLIVEIRA, Giovani Costa. **Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores**: um estudo aplicado a uma instituição Federal de Ensino. Orientador: Hélio Rosetti Júnior. 2015. 107. Dissertação – Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9310_Disserta%E7%E3o%20Final%20%20Giovani%20Costa.pdf. Acesso em: 12.out.2024.

PAZARBASIOGLU, C.; MORA, A. G.; UTTAMCHANDANI, M.; NATARAJAN, H.; FEYEN, E.; SAAL, M. Digital financial services. World Bank Group, 2020.

SANT ANA, Marcus Vinícius Souza. **Educação Financeira no Brasil: um estudo de caso**. Orientador: Ricardo Paiva. 2014. 48. Dissertação – Mestrado Profissional em Administração, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://mestradoemadm.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Marcus-Vinicius-Sousa-Sant-Ana.pdf>. Acesso em: 10. out.2024.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 034-7612, 200, Nov./Dez.2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Acesso em: 18.ou.2024.

SERASA LIMPA NOME, **Mapa da inadimplência e negociação de Dívidas no Brasil**. O levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 12.set. 2024.

SILVA, Sandra Luiza Moraes; BEZERRA, Renata Camacho. **A educação financeira como proposta para uma vida economicamente equilibrada**: In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_mat_unioeste_sandraluizamoraessilva.pdf. Acesso em: 10.out.2024.1 ISBN 978-85-8015-093-3.

VECCHIA, Roberta D. et al. **Qualidade de vida na terceira idade**: um conceitossujeivo. Rev Bras Epidemiol, v. 8, n. 3, p. 246-252, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n3/06.pdf>. DOI <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2005000300006>. Acesso em: 16.out.2024.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudos sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Orientador: Roy Martelanc. 2007. p.? Dissertação - Mestrado em Administração, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>. Acesso em: 10. out.2024.